

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.519 - DF (2019/0347454-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RODRIGO ALVES CHAVES - DF015241
RECORRIDO : SANAYRE ARYANE MENDES ROMUALDO
RECORRIDO : INGRID NAYLA MENDES ROMUALDO
RECORRIDO : IVANEIDE MENDES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ANDERSON PAULO MENDES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ADAILTON PEREIRA DA ROCHA
RECORRIDO : JULIO CESAR MENDES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ATALIBA MARIANO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : IRACI MENDES DE OLIVEIRA - ESPÓLIO
RECORRIDO : ILDINEIDE MENDES DE OLIVEIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA - DF025480
MURILLO DOS SANTOS NUCCI - DF024022
CAIO CESAR CARVALHO DE SOUSA - DF057689

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ENCERRAMENTO DO PROCESSO E EXPEDIÇÃO DE FORMAL DE PARTILHA. PRÉVIA COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE OS BENS DO ESPÓLIO. ART. 9º, § 1º, IX, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

ATALIBA MARIANO DE OLIVEIRA, IVANEIDE MENDES DE OLIVEIRA, ANDERSON PAULO MENDES DE OLIVEIRA, ADAILTON PEREIRA DA ROCHA, JULIO CESAR MENDES DE OLIVEIRA, ILDINEIDE MENDES DE OLIVEIRA, SANAYRE ARYANE MENDES ROMUALDO e INGRID NAYLA MENDES ROMUALDO, maiores e capazes, requereram a abertura de inventário, na forma de arrolamento sumário, em virtude do falecimento de IRACI MENDES DE OLIVEIRA, cônjuge do primeiro requerente, genitora dos seguintes e avó das duas últimas, tendo sido homologado por sentença o plano de partilha de bem e direitos entre o viúvo meeiro e os herdeiros, com a intimação da Fazenda Pública para lançamento administrativo do imposto de transmissão e outros tributos porventura incidentes e, sendo o caso, a expedição de formal de partilha e alvarás.

O Distrito Federal interpôs apelação na qual alegou que o NCPC não trouxe qualquer inovação substancial aos procedimentos de inventário, arrolamento comum e

arrolamento sumário, principalmente quanto às questões de natureza tributária, persistindo a proibição de encerramento do processo sem prévia comprovação de quitação dos tributos incidentes sobre os bens do espólio.

A apelação foi desprovida pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. ARROLAMENTO SUMÁRIO. PARTILHA AMIGÁVEL. PRÉVIA QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS DEVIDOS À FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. INTIMAÇÃO DO FISCO PARA LANÇAMENTO ADMINISTRATIVO DE IMPOSTO. CORREÇÃO. ARTIGO 659, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO.

1. Em relação ao arrolamento sumário, o novo código de ritos prescreve expressamente que a partilha amigável será homologada de plano pelo Magistrado, sendo o Fisco intimado posteriormente para o lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura existentes.

2. A nova disciplina legal (CPC, art. 659) recebeu redação significativamente distinta da redação do art. 1.031 do CPC de 1973, tendo em vista que a norma prevista no Código de Buzaid, ao contrário da atual, exigia a comprovação de quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e suas rendas para a homologação da partilha amigável.

3. Considerando a superveniência desse novo regramento instrumental civil, forçoso concluir que o art. 659 do NCPC excepcionou claramente a previsão de cunho processual contida no art. 192 do CTN de que: “Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas”.

4. Desta forma, nas partilhas amigáveis em procedimento de arrolamento sumário, como é o caso dos autos, não há como condicionar a lavratura do formal de partilha à quitação de todos os tributos, devendo a Fazenda Pública adotar as medidas administrativas próprias para o lançamento e a satisfação dos eventuais créditos tributários a ela devidos.

5. Recurso não provido. (e-STJ, fls. 337/338)

No Superior Tribunal de Justiça, a competência das Seções e respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa, cabendo à Primeira Seção processar e julgar os feitos relativos aos tributos de modo geral (art. 9º,

caput, e § 1º, IX, do RISTJ).

Nesse sentido, veja-se o seguinte precedente:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 192 DO CTN. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. CONDIÇÃO PARA A SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não são cabíveis discussões a respeito do ITCMD ou de exigência de documentos pelo Fisco no curso do procedimento sumário de arrolamento, prevalecendo, contudo, o comando inserto no art.

192, do CTN, segundo o qual "nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova de quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas".

III - A inovação normativa do art. 659, §2º, do Código de Processo Civil não altera a condição estabelecida no art. 192 do CTN, de modo que, no arrolamento sumário, o magistrado deve exigir a comprovação de quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas para homologar a partilha e, após o trânsito em julgado, expedir os títulos de transferência de domínio e encerrar o processo.

IV - Os Agravantes não apresentam argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.676.354/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. 18/3/2019, DJe 21/3/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, **DETERMINO** a distribuição do presente feito a um dos integrantes da Primeira Seção do STJ, em observância ao art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Ministro